

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: LINGUA PORTUGUESA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 01**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

01. Com base unicamente no contexto em que as palavras e as expressões se inserem, isto é, no texto em análise, este apresenta algumas antíteses, entre as quais:

- (A) “passado” (l. 06) e “futuro” (l. 06).  
(B) “conceitos” (l. 03) e “teorias” (l. 03).  
(C) “coração” (l. 05) e “coragem” (l. 05).  
(D) “jogador” (l. 09) e “homem de negócios” (l. 09).

A questão n. 01 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA (PRIMEIRA ETAPA) PROVA I - CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODAS AS ÁREAS) - LÍNGUA PORTUGUESA: 9. Semântica”, constante do anexo II do edital n. 168/2024, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

Importa, primeiramente, definir as figuras de pensamento, as quais, de acordo com Cegalla (2009, p. 626)<sup>1</sup> “são processos estilísticos que se realizam na esfera do pensamento, **no âmbito da frase**. Nelas intervêm fortemente a emoção, o sentimento, a paixão” (grifo da banca elaboradora). Por essa razão, tais figuras se constroem dentro do contexto em que se inserem, logo frisou-se, no comando do quesito em exame, ser imprescindível que a análise da questão tivesse de basear-se unicamente no contexto em que os termos de cada alternativa estavam.

Observa-se, especificamente, duas definições de antítese, à guisa de mais esclarecimentos.

Cegalla (*op. cit.*, p. 626) define-a desta forma:

“**Antítese**: Consiste na aproximação de palavras ou expressões de sentido oposto. É um poderoso recurso de estilo. Exemplos:

‘Última flor do Lácio, inculta e bela, és, a um tempo, *esplendor* e *sepultura*.’ (OLAVO BILAC)

‘A areia, *alva*, está agora *preta*, de pés que a pisam.’ (JORGE AMADO)

‘Como eram possível *beleza* e *horror*, *vida* e *morte* harmonizarem-se assim no mesmo quadro?’ (ÉRICO VERÍSSIMO)

‘Quando a bola *saía*, *entravam* os comentários dos torcedores.’ (CARLOS EDUARDO NOVAIS)

‘As *sempre-vivas* *morreram*.’ (DORA FERREIRA DA SILVA)” (grifos do autor).

Por sua vez, Lima (2011, p. 613)<sup>2</sup> assevera que “Antítese é a contraposição de uma palavra ou frase a outra de significação oposta. Exemplo: ‘Amigos e inimigos estão, amiúde, em posições trocadas. Uns nos querem mal, e fazem-nos bem. Outros nos almejam o bem, e nos trazem o mal.’ (RUI BARBOSA)”.

No tocante à opção A, releva-se que os termos dessa opção integram a classe gramatical dos substantivos e que, no contexto oracional em que se encontram, não são, morfologicamente, adjetivos. Desse modo, as acepções de *passado* e as de *futuro*, de acordo com Houaiss, como substantivos, são as seguintes respectivamente: “o tempo que passou; o período remoto, a história da vida de uma pessoa, cidade, instituição etc.”; “tempo que se segue ao presente; conjunto de fatos relacionados a um tempo que há de vir”. A fim de corroborar este raciocínio, acresce-se a definição, também conforme Houaiss, do substantivo *presente*: “período do tempo compreendido entre o passado e o futuro; tempo atual”. Por isso, repise-se, em conformidade com o contexto oracional, passado não é antônimo de futuro, sendo este, assim como aquele, uma

concepção temporal que não se opõe nem ao presente nem ao passado, isto é, não se estabelece uma estrutura antitética neste trecho: “É deixar o passado para trás e deixar o futuro ser”. A opção A é um distrator.

A opção B é outro distrator, em razão de os substantivos *conceito* (“O que se concebe sobre algo ou alguém no pensamento, na ideia; modo de pensar sobre algo; NOÇÃO; IDEIA; CONCEPÇÃO” [Aulete]) e *teoria* (“Conjectura, hipótese, suposição; noções gerais, generalidades” [Aulete]) apresentarem definição que não se equivalem nem se contradizem semanticamente, fazem parte do *mesmo campo semântico*.

A acepção para o substantivo *coração* adotada no texto, conforme o contexto oracional, é esta: “a parte mais íntima de um ser; o berço dos sentimentos, das emoções, do afeto, do ânimo, da coragem etc.” (HOUAISS); é óbvio que, em “O caminho do coração é o caminho da coragem”, inexistente antítese, porquanto, de acordo com o texto, são palavras que se completam e se sustentam semântico-argumentativamente. A opção C corresponde a um distrator.

Quanto à opção D, transcreve-se o trecho em que ambas as palavras estão: “O coração está sempre pronto para enfrentar riscos; o coração é um jogador. A cabeça é um homem de negócios. Ela sempre calcula – ela é astuta. O coração nunca calcula nada” (l. 09 e 10). Como se observa, nesse fragmento, exuberam elementos da linguagem conotativa, figurada. Considerando, pois, somente o texto, esses dois termos, realmente, se opõem semanticamente, haja vista que o “jogador” associa-se ao coração, à emoção, ao risco, à insegurança, ao perigo, à coragem, à vida, enquanto o “homem de negócios” concerne à cabeça, ao cálculo, à astúcia (“habilidade para não se deixar enganar e para negociar com vantagens; esperteza, manha, sagacidade”), à fraqueza, ao receio, à lógica, ao medo, à segurança baseada na lógica, à morte. **Assim, a opção D é a resposta correta à questão n. 01.**

Ante o presente arrazoado, **não se cogita a anulação do quesito n. 01, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item D.**

<sup>1</sup> CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 2009.

<sup>2</sup> LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: LINGUA PORTUGUESA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 02**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( ___ )	ANULADA ( ___ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

02. *Sustentando-se apenas no AOLP 1990, assinale a alternativa cujo teor está INCORRETO.*

(A) *Recebem acento gráfico, em razão de regras distintas, os termos “aí” e “trás”.*

(B) *As formas verbais “está” e “assumirá” são acentuadas em virtude da mesma regra.*

(C) *As palavras “lógica” e “negócios” apresentam acento gráfico por serem ambas proparoxítonas reais.*

(D) *São acentuados graficamente os vocábulos “é” e “já”, por eles terminarem nas vogais tônicas abertas -a, -e ou -o.*

A questão n. 02 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA (PRIMEIRA ETAPA) PROVA I - CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODAS AS ÁREAS) - LÍNGUA PORTUGUESA: Ortografia oficial (AOLP 1990 - Decreto nº 6583/2008)”, constante do anexo II do edital n. 168/2024, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

Primeiramente, é imperativo ratificar a hegemonia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – AOLP 1990<sup>1</sup> sobre as obras (gramáticas, apostilas, manuais de redação, etc.) que regulam, com base, repise-se, nos aspectos ortográficos, o uso da língua portuguesa nos países que compõem a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em conformidade com o que determina o decreto n. 6.583/2008, de 29.09.2008:

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, [...]DECRETA: Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém” (grifo da banca elaboradora).

Em referência à alternativa A, a palavra *aí* recebe acento gráfico em virtude desta regra, extraída do AOLP 1990 (p. 22):

“**BASE X** – Da acentuação das vogais tônicas/ tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas  
1º) As vogais tônicas/tônicas grafadas *i* e *u* das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de *s*: *adais* (pl. de *adail*), *aí*, *atraí* (de *atrair*), *baú*, *caís* (de *cair*), *Esaú*, *jacuí*, *Luís*, *país*, etc.; *alaúde*, *amiúde*, *Araújo*, *Ataide*, *atraiam* (de *atrair*), *atrisse* (id.), *baia*, *balaústre*, *cafeína*, *ciúme*, *egoísmo*, *faisca*, *faúlha*, *graúdo*, *influíste* (de *influir*), *juízes*, *Luísa*, *miúdo*, *paraíso*, *raízes*, *recaída*, *ruína*, *saída*, *sanduíche*, etc.” (grifos do original).

Ainda com relação à alternativa A, a palavra *trás* se acentua graficamente devido a esta norma:

“**BASE VIII** – Da acentuação gráfica das palavras oxítonas

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tônicas/tônicas abertas grafadas -a, -e ou -o, seguidas ou não de -s: *está*, *estás*, *já*, *olá*; *até*, *é*, *és*, *olé*, *pontapé(s)*; *avó(s)*, *dominó(s)*, *paletó(s)*, *só(s)*” (grifos do original).

Como os termos *aí* e *trás* se acentuam mediante preceitos distintos, a alternativa A é um distra-

A alternativa B representa um distrator, por causa do disposto no primeiro item da base VIII imediatamente retrotranscrito, *id est*, ambas as formas verbais são acentuadas devido a mesma regra.

Quanto à alternativa C, o substantivo *lógica* é um paroxítono real, mas *negócios* é um paroxítono aparente, ou seja, todas as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente oral (*negócios* é um exemplo desse tipo de vocábulo) podem ser classificadas, corretamente, como proparoxítonas aparentes; no entanto, não é o caso de *lógica*, como se testifica por meio desta regra:

“**BASE XI** – Da acentuação gráfica das palavras proparoxítonas

1ª) Levam acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta: *árabe, cáustico, Cleópatra, esquálido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último*;

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas *a, e, o* e ainda *i, u* ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por sequências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-*ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.*): *álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo*.

[...]

3ª) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas *e* ou *o* estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas *m* ou *n*, conforme o seu timbre é, respectivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua” (grifos do original).

**Assim, a alternativa C é a resposta correta à questão n. 02.**

Por fim, no que concerne à alternativa D, os vocábulos *é* e *já* são, em rigor, acentuados graficamente em conformidade com o primeiro item da base VIII suprarreproduzido, logo se acentuam dada a mesma regra; a alternativa D constitui um distrator.

Ante o presente arrazoado, **não se cogita a anulação do quesito n. 02, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item C.**

<sup>1</sup> **Acordo ortográfico da língua portuguesa:** atos internacionais e normas correlatas. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: LINGUA PORTUGUESA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 03**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>03. Apoie-se na ortoepia (“a parte da gramática que ensina as regras da boa pronúncia”) e nos aspectos fonéticos, a fim de analisar este excerto “A palavra coragem é muito interessante. Ela vem da raiz latina cor, que significa ‘coração’” (l. 01) e aponte a alternativa CORRETA.</p> <p>(A) <u>As palavras “coragem” e “coração” têm o mesmo número de grafemas e o mesmo número de fonemas.</u></p> <p>(B) Nos vocábulos “coragem”, “interessante” e “vem”, inexistem ditongos nasais.</p> <p>(C) Existem somente encontros consonânticos inseparáveis nesse trecho.</p> <p>(D) Computam-se, nesse fragmento textual, quatro dígrafos vocálicos.</p> <p>A questão n. 03 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA (PRIMEIRA ETAPA) PROVA I - CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODAS AS ÁREAS) - LÍNGUA PORTUGUESA: 3. Fonética”, constante do anexo II do edital n. 168/2024, instrumento legal e regulador do presente certame.</p> <p>É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.</p> <p><b>O item A é a resposta correta à questão n. 03</b>, porque tais palavras apresentam o mesmo número de letras e de fonemas, conforme as seguintes transcrições fonéticas: <i>coragem</i> [kɔrɐ'ʒɛy] tem sete letras e sete fonemas; <i>coração</i> [kɔrɐ'sãw], sete letras e sete fonemas.</p> <p><u>O item B é um distrator</u>, em razão de haver, em <u>coragem</u> e <u>vem</u>, o ditongo decrescente nasal [ɛy].</p> <p><u>O item C é outro distrator</u>, porquanto existem apenas dois encontros consonantais: o primeiro em <u>palavra</u> (pa-la-vra) e o segundo em <u>significa</u> (sig-ni-fi-ca). Somente o primeiro é inseparável.</p> <p><u>O item D corresponde a um distrator</u>, dado que, nesse trecho, contam-se dois dígrafos vocálicos, ambos em <u>interessante</u> [ĩtere'sãti].</p> <p>Ante o presente arrazoado, <b>não se cogita a anulação do quesito n. 03, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item A.</b></p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: LINGUA PORTUGUESA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 04**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
---------------------------	--------------------------	----------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

04. Em referência ao emprego e à classificação das palavras, qual é a assertiva cujo conteúdo apresenta EXATIDÃO?

(A) O pronome oblíquo, em “eles se escondem” (l. 04), classifica-se como apassivador.

(B) O termo “muito interessante” (l. 01) está no superlativo absoluto analítico.

(C) O verbo “deixar” (l. 06), nas duas ocorrências, apresenta causatividade.

(D) Os verbos “seguir” (l. 06) e “viver” (l. 02) são regulares.

A questão n. 04 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA (PRIMEIRA ETAPA) PROVA I - CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODAS AS ÁREAS) - LÍNGUA PORTUGUESA: 4. Emprego e classificação das palavras e vocábulos”, constante do anexo II do edital n. 168/2024, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

O teor do item A refere-se às vozes verbais. Segundo Cegalla (2009, p. 219-220)<sup>1</sup>, “Voz do verbo é a forma que este assume para indicar que a ação verbal é praticada ou sofrida pelo sujeito. Três são as vozes dos verbos: a *ativa*, a *passiva* e a *reflexiva*” (grifos do autor). Importa, no presente caso, a voz passiva e a sua formação:

“Um verbo está na *voz passiva* quando o sujeito é paciente, isto é, sofre, recebe ou desfruta a ação expressa pelo verbo. Exemplos: A ave foi **abatida** pelo caçador. As águas **eram agitadas** pelo vento”; “A voz passiva, mais frequentemente, é formada: • pelo verbo auxiliar *ser* seguido do particípio do verbo principal. Nesse caso, a voz é *passiva analítica*. [...] • com o pronome apassivador *se* associado a um verbo ativo da 3ª pessoa. Nesse caso, temos *voz passiva pronominal*. Exemplos: **Regam-se** as plantas de manhã cedo. **Organizou-se** o campeonato” (grifos do autor).

Para clarear mais este arrazoado, acresce-se o excerto em que o pronome em análise está: “E os fracos, somente os fracos, vivem com a cabeça; receosos, eles criam em torno deles uma segurança baseada na lógica. Com medo, [...], eles se escondem”. Evidentemente, observa-se que a oração sublinhada apresenta um pronome, e incontestemente é o fato de que não se trata da voz passiva sintética (ou voz passiva pronominal), uma vez que não se pode reescrever, sem que se altere o seu sentido original, tal oração deste modo: *Eles (os fracos) são escondidos*. Trata-se, portanto, da *voz reflexiva*, na qual, segundo Cegalla (*op. cit.*, p. 220), “o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente: faz uma ação cujos efeitos ele mesmo sofre ou recebe. Exemplos: O caçador **feriu-se**. A menina **penteou-se** e saiu com as colegas. **Sacrifiquei-me** por ele” (grifos do autor). Desse modo, a oração pode ser reescrita, com base na estrutura profunda, assim: \**Eles escondem eles*. Por isso, o item A concerne a um distrator, em virtude de o pronome oblíquo *se* não ser um pronome apassivador, é o objeto direto do verbo esconder.

No item B, há a asserção de que, no período simples “A palavra coragem é muito interessante”, o predicativo do sujeito “muito interessante” está no superlativo absoluto analítico. Cunha e Cintra (2017, p. 269-270)<sup>2</sup> afirmam, acerca da formação do superlativo absoluto, o seguinte:

**“Formação do grau superlativo**

Vimos que há duas espécies de SUPERLATIVO: ABSOLUTO e RELATIVO.

O SUPERLATIVO ABSOLUTO pode ser:

a) SINTÉTICO, se expresso por uma só palavra (adjetivo + sufixo): amicíssimo – acérrimo – estudiosíssimo – fácilimo – tristíssimo – salubérrimo

b) ANALÍTICO, se formado com a ajuda de outra palavra, geralmente um advérbio indicador de excesso – *muito, imensamente, extraordinariamente, excessivamente, grandemente*, etc.: muito estudioso – excessivamente fácil – imensamente triste – extraordinariamente salubre – grandemente prejudicial – excepcionalmente cheio” (grifos dos autores).

Efetivamente, é exemplo do superlativo absoluto analítico o termo “muito interessante”. **Assim, o item B é a resposta correta à questão n. 04.**

Em relação ao item C, tempestivo é definir, em consonância com Dubois *et alii* (1998, p. 103)<sup>3</sup>, verbos causativos:

“Causativo ou factitivo é uma forma verbal que exprime o fato de que o sujeito do verbo causa a realização da ação, sem realizá-la com suas próprias mãos. [...] Em português, o causativo exprime-se: [...] (5) em construções ‘perifrásticas’ os verbos *fazer, mandar* + infinitivo com sujeito diverso, expresso ou não: *Pedro mandou construir a casa, Pedro mandou João construir a casa (mandou-o construir a casa), Pedro fez João construir a casa (fê-lo construir)*” (grifos dos autores).

Ade-se ainda o que afirma Houaiss acerca dos verbos causativos:

“verbo que exprime a ideia de que o sujeito da oração causa a ocorrência da ação ou processo, mesmo quando ela é efetuada por outrem (p. ex.: *Maria adormeceu a criança*) [O verbo pode ser de causação explícita, como *mandar, fazer, deixar*, ou implícita, como em *Pedro quebrou a vidraça*, onde se entende que Pedro causou a quebra da vidraça]”.

Acrescenta-se também, por relevante, um excerto do verbete referente ao verbo *deixar* em Luft (2008, p. 169)<sup>4</sup>:

“Síntaxe dos verbos factitivos ou causativos (*fazer, mandar, deixar*) e sensitivos (*ouvir, ver, sentir*): o sujeito do infinitivo pode passar a objeto direto do verbo regente. Ex.: *Ele deixou/os rapazes falarem* (= ... *que os rapazes falassem*) ou *Ele deixou os rapazes/ falar*. Se o sujeito do infinitivo for pronomes pessoais, essa passagem a objeto é obrigatória. Notar que, nesse caso, o pronome não pode ao mesmo tempo ser sujeito do infinitivo, comandando-lhe a concordância” (grifos do autor).

Convém reproduzir o fragmento em que se encontram as duas ocorrências do verbo *deixar*: “É deixar o passado para trás e deixar o futuro ser”. Na primeira ocorrência, o verbo *deixar* não apresenta causatividade, dado que inexistente a ação expressa pelo infinitivo; tal verbo tem esta transitividade (LUFT, *op. cit.*):

“4. TDI: deixá-lo + Locativo (em, sobre, atrás de...). Pôr; largar; abandonar: *Deixou o livro na (em cima da, sobre a, atrás da...) mesa. Deixou-o lá.* | Não trazer ou levar consigo; esquecer: *Deixou a carteira em casa. / Deixá-lo por...* Desistir de (algo) optando, trocando ou vendendo (por outra coisa): *Deixar a medicina pelas letras. ‘Quem deixa o certo pelo incerto, nas coisas do mundo é pouco esperto’* (Prov)” [LUFT, 2008, p. 169] (grifos do autor).

Quanto à segunda ocorrência, o verbo *deixar* é, certamente, causativo, haja vista tal verbo constituir uma estrutura perifrástica, como exemplifica Dubois *et alii* na retrocitação, destacando-se que *deixar* tem sujeito indeterminado, porém o sujeito do verbo ser é “o futuro”; por conseguinte, como apenas a segunda ocorrência ilustra a causatividade, o item C representa um distrator.

Por fim, em atinência ao item D, expõe-se o que ensina Bechara (2009, p. )<sup>5</sup> acerca dos verbos irregulares:

“Irregular é o verbo que, em algumas formas, apresenta modificação no radical ou na flexão, afastando-se do modelo da conjugação a que pertence:

a) variação no radical em comparação com o infinitivo:

*ouvir* – ouço; *dizer* – digo; *perder* – perco;

b) variação na flexão, em relação ao modelo: *estou* (veja-se *canto*), *estás* (veja-se *cantas*, um tônico e outro átono).

Os irregulares se dividem em *fracos* e *fortes*. Fracos são aqueles cujo radical do infinitivo não se modifica no pretérito: *sentir-senti; perder-perdi*.

Fortes são aqueles cujo radical do infinitivo se modifica no pretérito perfeito: *cabere-coube; fazer-fiz*”.

Os irregulares fracos apresentam formas iguais no infinitivo flexionado e futuro do subjuntivo” (grifos do autor).

O primeiro verbo – *seguir* – apresenta irregularidade na sua conjugação, ou seja, apresenta variação no radical em cotejo com a forma infinitiva: *seguir* – *eu sigo* (a supressão do *u* deve-se à adequação fonética). Trata-se, portanto, de um verbo irregular fraco, em virtude de a sua flexão no pretérito perfeito (*eu segui* – *tu seguiste* – *ele seguiu* – *nós seguimos* – *vós seguistes* – *eles seguiram*) ter o mesmo radical do infinito: *segu-* + *-i-* + *-r*.

Contudo, deve-se observar como é definido um verbo regular; para isso, recorre-se a Lima (2011, p. 172)<sup>6</sup>:

“Diz-se que um verbo é REGULAR, quando o seu radical é *invariável*, e as terminações são as mesmas da maioria dos verbos da mesma conjugação. Ao dizermos que o radical não varia, falamos, naturalmente, dos *fonemas*, porque, muitas vezes, para conservar a identidade dos sons, há necessidade de alterar as *letras*, segundo as convenções gráficas: *explic-o, expliqu-e; alcanç-o, alcanc-e; finj-o, fing-es*” (grifos do autor).

O verbo *viver*, por não apresentar alterações no seu radical, é exemplo de verbo regular: *eu vivo – tu vivias – ela viveu – nós vivêramos – vós vivereis – elas viveriam – eu viva – tu vivesses – ele viver*.

Desse modo, em razão de o verbo *seguir* não ser regular, o item D representa um distrator.

Ante o presente arrazoado, **não se cogita a anulação do quesito n. 04, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item B.**

<sup>1</sup> CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 2009.

<sup>2</sup> CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

<sup>3</sup> DUBOIS, Jean *et alii*. **Dicionário de linguística**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

<sup>4</sup> LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2008.

<sup>5</sup> BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

<sup>6</sup> LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: LINGUA PORTUGUESA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 05**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

05. Em “Com medo, fecham todas as janelas e portas – com teologia, conceitos, palavras, teorias – e do lado de dentro dessas portas e janelas, eles se escondem” (l. 03 e 04), os travessões foram empregados para:

(A) isolar frases ou orações que se quer realçar ou enfatizar.

(B) separar expressões, locuções ou frases nominais intercaladas.

(C) eliminar os parênteses, os colchetes, a vírgula e os dois-pontos.

(D) indicar, nos diálogos, a mudança de interlocutor ou o início da fala de um personagem.

A questão n. 05 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA (PRIMEIRA ETAPA) PROVA I - CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODAS AS ÁREAS) - LÍNGUA PORTUGUESA: 10. Pontuação”, constante do anexo II do edital n. 168/2024, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

No comando do quesito n. 05, há o trecho em que os travessões são empregados com o intuito de delimitar o escopo analítico; nesse caso, deve-se, obrigatoriamente, reconhecer a função morfossintática do termo emoldurado por eles, a fim de identificar a finalidade de seu emprego em tal fragmento textual. Releva-se que os itens da questão em exame ostentam as finalidades desse tipo de pontuação, logo, repise-se, é preciso detectar a função daquilo que os travessões intercalam; nesse contexto, tal termo (“– com teologia, conceitos, palavras, teorias –”) é uma locução adverbial pelo caráter morfológico e exerce a função sintática de adjunto adverbial, exprimindo, em ambos os critérios, a circunstância de meio, instrumento.

Cegalla (2009, p. 433-434)<sup>1</sup> preceitua o emprego do travessão desta maneira:

**“TRAVESSÃO**

O travessão ( – ) é um traço maior que o hífen e usa-se:

- nos diálogos, para indicar mudança de interlocutor ou, simplesmente, início da fala de um personagem:

‘– Você é daqui mesmo? perguntei.

– Sou, sim senhor, respondeu o garoto.’ (ANÍBAL MACHADO)

- para separar expressões ou frases explicativas, intercaladas:

Um bom ensino básico – diga-se mais uma vez – exige a valorização do professor.

‘Quanto mais andam pelas docas, pelo porto – Amsterdam já tem uma indústria naval –, maior agitação encontram’ (ASSIS BRASIL)

‘E logo me apresentou à mulher, – uma estimável senhora – e à filha.’ (MACHADO DE ASSIS)

- para isolar palavras ou orações que se quer realçar ou enfatizar:

‘Acresce que chovia – peneirava – uma chuvinha miúda, triste e constante...’ (MACHADO DE ASSIS)

‘O obelisco aponta aos mortais as coisas mais altas: o céu, a Lua, o Sol, as estrelas, – Deus.’ (MANUEL BANDEIRA)

- às vezes substitui os parênteses e mesmo a vírgula e os dois-pontos:

‘Uma das glórias – e tantas são elas! – da Ordem Beneditina no Brasil é D. Frei Antônio do Desterro.’ (CARLOS DE LAET)

‘O que o colono do Maranhão pretendia era isto – fazer entradas livres.’ (CARLOS DE LAET)

‘Mas eis – corre-se então nívea cortina.’ (CRUZ E SOUSA)

**A opção A é um distrator, porque o termo interposto pelos travessões não é uma frase, tampouco**

uma oração.

No tocante à opção B, como já se afirmou anteriormente, o termo em exame é uma locução adverbial. **Assim, a opção B é a resposta correta à questão n. 05.**

Quanto à opção C, dada a função que o termo exerce não seria possível empregar os parênteses, pois ele faz parte do processo sintático, sendo o meio mediante o qual se pratica a ação de fechar, nem os colchetes nem os dois-pontos, por inexistir elemento apositivo que os justifique, sequer outro elemento que o anteceda e careça de complemento; a vírgula não se emprega, pois, com base na ordem direta dos termos oracionais, os advérbios e as locuções adverbiais se posicionam ao final da oração. A opção C representa um distrator.

Por óbvio, a opção D constitui outro distrator, em virtude de o texto em tela não ter uma estrutura dialógica.

Ante o presente arrazoado, **não se cogita a anulação do quesito n. 05, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item B.**

<sup>1</sup> CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 2009.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: RACIOCÍNIO LÓGICO**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 06**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>Considerando as afirmações do enunciado:</p> <p>P = “Você pode andar nesta montanha-russa”.</p> <p>Q = “Você tem menos de 1,40m de altura”.</p> <p>R = “Você tem mais de 16 anos de idade”.</p> <p>Há várias maneiras de expressar a afirmação “Você não pode andar nesta montanha-russa se tiver menos de 1,40m de altura, a menos que tenha mais de 16 anos de idade”, sendo que apenas uma delas é listada dentre as alternativas indicadas na questão. A primeira parte da sentença: “Você <b>não</b> pode andar nesta montanha-russa se tiver menos de 1,40m de altura”, corresponde à implicação: <math>Q \rightarrow \neg P</math>.</p> <p>Em geral, uma implicação da forma <math>A \rightarrow B</math> equivale a <math>(\neg A) \vee B</math>. Assim, fazendo <math>A = Q</math> e <math>B = \neg P</math>, temos: <math>(Q \rightarrow \neg P) = (\neg Q \vee \neg P)</math>.</p> <p>Por outro lado, uma expressão do tipo “X, a menos que R” pode ser traduzida como <math>\neg R \rightarrow X</math> que equivale a <math>R \vee X</math>.</p> <p>Como, em nosso caso, <math>X = \neg Q \vee \neg P</math>, temos que a sentença completa (“Você não pode andar nesta montanha-russa se tiver menos de 1,40m de altura, a menos que tenha mais de 16 anos de idade”) equivale a <math>R \vee \neg Q \vee \neg P</math>. Logo, vale a alternativa (D).</p> <p><b>OBS:</b> a sentença completa também pode ser expressa como <math>(Q \wedge \neg R) \rightarrow \neg P</math>, que é equivalente a <math>(\neg(Q \wedge \neg R)) \vee \neg P</math>, que equivale à alternativa (D). De forma similar, ela também pode ser expressa como <math>(\neg R) \rightarrow (Q \rightarrow \neg P)</math> que também equivale à alternativa (D).</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: RACIOCÍNIO LÓGICO**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 07**

<b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b>	<b>GABARITO REVISADO (___)</b>	<b>ANULADA (___)</b>
----------------------------------	--------------------------------	----------------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Sabemos que há 14 advogados e 5 crianças e que nenhuma criança é Advogado. Assim, já temos no grupo pelo menos  $14+5=19$  pessoas diferentes. Em relação às demais categorias (ciclistas e nadadores) o enunciado não impões qualquer restrição, logo tanto seria possível que estas categorias se sobreponham (entre si e com as demais) como não se sobreponham. Como enunciado pergunta qual o **mínimo** de pessoas, devemos **maximizar as sobreposições**. Nada impede que os 10 ciclistas e os 7 nadadores já estejam entre as 19 pessoas já contabilizadas anteriormente.

Assim, há um cenário onde é possível ter apenas 19 pessoas no grupo e não pode haver menos do que isso. Logo, o número mínimo de pessoas é 19 (alternativa (B)).

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: RACIOCÍNIO LÓGICO**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 08**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

O enunciado deixa bastante claro quais operações devem ser executadas e em que ordem “**somar 10, somar 10, subtrair 1**; e repetindo-se essas operações, **nesta ordem**,” e deixa claro que isso deve se repetir “**por toda a sequência**” (que é infinita). As demais perguntas levantadas pelo candidato no recurso interposto são precisamente o que a questão deseja medir, dentro do contexto do conteúdo programático: “3. Sequências e séries”. A saber, a questão deseja medir se o candidato consegue calcular corretamente “Qual o primeiro termo da sequência estritamente maior do que 400?”.

Solução: observe a sequência e destaque os seguintes termos:

0, 10, 20, 19, 29, 39, 38, 48, 58, 57, 67, 77, 76...

Veja os números destacados são os múltiplos de 19 (mais precisamente,  $0 \times 19$ ,  $1 \times 19$ ,  $2 \times 19$ ,  $3 \times 19$ ,  $4 \times 19$ , etc). Afinal, somar 10, somar 10 e depois subtrair 1, é o mesmo que somar 19. Assim, nas “proximidades” do número 400, a sequência é:

... 380, 390, 400, 399, 409, 419, 418, ...

(Uma vez que  $20 \times 19 = 380$  e  $21 \times 19 = 399$ , onde 21 é o quociente de 400 na divisão por 19).

Assim, o primeiro número que está na sequência e é maior do que 400 é o 409. Alternativa (C).

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: RACIOCÍNIO LÓGICO**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 09**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

A alternativa (C) está correta.

Considerando as proposições:

P = “você me enviar um email”

Q = “eu terminarei o trabalho”

R = “eu irei dormir cedo”

S = “acordarei disposto”.

Assim, tomamos como verdade as seguintes implicações, dadas no enunciado:

$$P \rightarrow Q$$

$$\neg P \rightarrow R$$

$$R \rightarrow S$$

A implicação  $P \rightarrow Q$  é **equivalente** a  $\neg Q \rightarrow \neg P$ , que é chamada de contrapositiva. Em português, a ideia é que “Se eu não terminar o trabalho, então (com toda certeza) você não me enviou o email” (pois caso tivesse enviado, eu teria terminado).

Combinando isso com as duas outras implicações do enunciado:  $\neg Q \rightarrow \neg P \rightarrow R \rightarrow S$ . Logo,  $\neg Q \rightarrow S$ .  
Em português: “Se eu não terminar o trabalho, então você não me enviou o email, então irei dormir cedo, então acordarei disposto.”

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

**ÁREA: Raciocínio Lógico**

**QUESTÃO RECLAMADA: 10**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )																
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>																		
<p>A questão se enquadra no tema “4. Correlação de elementos” do conteúdo programático de Raciocínio Lógico. Apesar da quantidade de informações no enunciado ser grande, a questão mede justamente a habilidade do candidato de organizar essas informações, por exemplo, por meio de tabelas, listas, diagramas, etc. Além disso, não há qualquer tipo de ambiguidade ou imprecisão no enunciado que gere confusão. As informações são fornecidas de forma bastante clara.</p> <p>Por exemplo, comece listando todas as características de forma organizada.</p> <table data-bbox="102 929 702 1108"><tr><td>Pessoas:</td><td>Ana,</td><td>Beto,</td><td>Clara</td></tr><tr><td>Quartos:</td><td>101,</td><td>102,</td><td>103</td></tr><tr><td>Tamanhos:</td><td>P,</td><td>M,</td><td>G</td></tr><tr><td>Cores:</td><td>Azul,</td><td>Branco,</td><td>Preto</td></tr></table> <p>Feito isso, vá emparelhando (por exemplo, circulando ou sublinhando ou colocando dentro de um retângulo ou colorindo) as características onde há correspondência. Certas associações precisam ser feitas por exclusão. Por exemplo, se em algum momento ao longo do raciocínio conseguirmos concluir que Clara está no quarto 102, como é dito que Ana não está no 101, então Ana precisa estar no 103 (e daí Beto está no 101).</p>			Pessoas:	Ana,	Beto,	Clara	Quartos:	101,	102,	103	Tamanhos:	P,	M,	G	Cores:	Azul,	Branco,	Preto
Pessoas:	Ana,	Beto,	Clara															
Quartos:	101,	102,	103															
Tamanhos:	P,	M,	G															
Cores:	Azul,	Branco,	Preto															

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: NOÇÕES DE INFORMÁTICA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 11**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

Considerando os conceitos de Internet e Intranet, os hostnames (nomes de hospedeiros)(Kurose, 2021), são nomes fáceis de lembrar para as pessoas, que podem ser utilizados para referenciar sites na internet. A comunicação na Internet, baseia-se no endereço IP. Para traduzir hostnames em endereços IP, utiliza-se o serviço de DNS. O DNS é um banco de dado distribuído e hierárquico (Kurose, 2021). Esta hierarquia, incia-se nos servidores DNS raiz, a partir do qual se estruturam os endereços na internet, partindo da direita para a esquerda, iniciando pelos domínios da alto nível (TLD)(Kurose, 2021), como as terminações “.com”, “.org”, “.net”, “.edu” e “.gov”, incluindo os domínios de alto nível de países, como “.br”, “.fr”, “.jp”, etc. Abaixo dos domínios de alto nível, estão os domínios autoritativos, que podem ser de uma empresa ou um ente governamental, por exemplo.

A alternativa “A)” apresenta um subdomínio de fortaleza.ce.gov.br e não um endereço IP.

A alternativa “B)” está correta, uma vez que http é o protocolo de aplicação utilizado pela Web.

A alternativa “C)” está incorreta, a “/” no final não causará nenhum erro.

A alternativa “D)” é incorreta, uma vez que hostnames que possuem terminações diferentes, como “.com.br”, “.gov.br” ou “.org.br”, não estão sob o mesmo domínio, pois estão sob TLDs diferentes.

Desta forma, somente a alternativa B é correta e a banca ratifica o gabarito.

Kurose, J. F.; Ross, K. W. Redes de computadores e internet: uma abordagem top-down. São Paulo: Pearson, Porto Alegre: Bookman, 2021.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: NOÇÕES DE INFORMÁTICA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 14**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
---------------------------	--------------------------	----------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Do enunciado da questão 14: (...) Assinale a alternativa que **possui** uma **motivação** de se utilizar uma VPN **para aumentar a privacidade da navegação web**.

O único item que justifica tal motivação é a letra B), uma vez que VPNs dificultam o rastreamento por websites, escondendo seu endereço IP.

Portando, a banca ratifica o gabarito.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

ÁREA: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**QUESTÃO RECLAMADA: 16**

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
---------------------------	-------------------------	---------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A questão envolve conteúdo que consta da Lei Complementar Municipal nº 062/2009. No caso, importa fazer menção à adequação dos itens dispostos como opções de respostas, na seguinte ordem: a) texto diverge do dispositivo legal (art. 3º, I), ao fazer referência às “funções socioeconômicas” da cidade; b) conteúdo cuja essência, de forma literal, encontra amparo na norma municipal (art. 300, *caput*); c) texto diverge do dispositivo legal (art. 3º, §4º, I), ao fazer referência indevida aos termos interesses “locais”; d) texto diverge do dispositivo legal (art. 300, §2º), ao fazer referência indevida à limitação no âmbito da “Secretaria Municipal de Finanças”. Gabarito ratificado.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

ÁREA: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**QUESTÃO RECLAMADA: 17**

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
---------------------------	-------------------------	---------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A questão envolve conteúdo que consta do **Código de Ética, Conduta e Integridade da Administração Pública Municipal de Fortaleza (Lei Municipal nº 11.360/2023)**. No caso, importa fazer menção à adequação dos itens dispostos como opções de respostas, na seguinte ordem: a) texto diverge do dispositivo legal (art. 12, I), ao fazer referência indevida à “autoridade máxima do órgão”; b) texto diverge do dispositivo legal (art. 12, II), ao fazer referência equivocada à “Corregedoria-Geral do Município”; c) texto diverge do dispositivo legal (art. 12, IV), ao fazer referência indevida a hipótese capaz de “*ilidir* eventual alegação de conflito de interesses”; d) conteúdo cuja essência, de forma literal, encontra amparo na norma municipal (art. 12, parágrafo único). Gabarito ratificado.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
ÁREA: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL  
**QUESTÃO RECLAMADA: 18**

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>A questão envolve conteúdo que consta da Lei Complementar Municipal nº 0176/2014. No caso, importa fazer menção à adequação dos itens dispostos como opções de respostas, na seguinte ordem: a) texto diverge do dispositivo legal (art. 31, I), ao fazer referência indevida ao “planejamento do orçamento público”; b) texto diverge do dispositivo legal (art. 31, IV), ao deixar de fazer referência à “eficácia” da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial; c) texto diverge do dispositivo legal (art. 31, VI), ao deixar de fazer referência à locução “subsidiariamente e/ou complementarmente”; d) conteúdo cuja essência, de forma literal, encontra amparo na norma municipal (art. 31, VIII). Gabarito ratificado.</p>		

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

ÁREA: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**QUESTÃO RECLAMADA: 19**

GABARITO RATIFICADO (\_\_\_)

GABARITO REVISADO (\_\_\_)

ANULADA (\_X\_)

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

A questão envolve conteúdo que consta da Lei Orgânica do Município de Fortaleza. No caso, importa fazer menção à adequação do item “b”, originalmente apontado como opção errada de resposta. Quanto ao tema, vale esclarecer que a Constituição Federal de 1988, através do seu art. 37, *caput*, elenca os princípios fundamentais da Administração Pública, em todos os seus níveis, de onde se pode concluir que devem os mesmos ser observados por todos os órgãos públicos e pelas demais entidades estatais. Desta feita, ainda que não haja identidade entre o teor do item e o texto expresso do dispositivo da Lei Orgânica (art. 90, *caput*), não se pode deixar de considerar o conteúdo do comando constitucional, o qual encontra-se no topo da hierarquia das normas vigente no ordenamento jurídico pátrio. Sendo assim, há que se concluir, portanto, que o teor do mencionado item “b” encontra-se em sintonia com a legislação pátria, provocando então a existência de duas alternativas corretas para a questão em epígrafe. Questão anulada.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

ÁREA: LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**QUESTÃO RECLAMADA: 20**

GABARITO RATIFICADO (_X_)	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>A questão envolve conteúdo que consta da Lei Municipal nº 6.794/1990. No caso, importa fazer menção à adequação dos itens dispostos como opções de respostas, na seguinte ordem: a) texto diverge do dispositivo legal (art. 91, §2º), ao fazer referência indevida à hipótese de “<u>renovação</u> do pedido”; b) texto diverge do dispositivo legal (art. 93, I e II), ao deixar de fazer referência às hipóteses de “cassação de aposentadoria” e “disponibilidade”; c) conteúdo cuja essência, de forma literal, encontra amparo na norma municipal (art. 92, II); d) texto diverge do dispositivo legal (art. 92, parágrafo único), ao fazer referência indevida a “efeito suspensivo” do recurso. Gabarito ratificado.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 22**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>Trata-se de recurso da questão nº. 22, na qual o candidato questiona o gabarito. Observa-se que a opção apontada como correta (“não tem direito à reintegração nem à indenização.”), apresenta o item incorreto por encontrar-se de acordo com a literalidade do art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”. Portanto, o recurso interposto deve ser improvido.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 30**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>Trata-se de recurso da questão nº. 30, na qual o candidato questiona o gabarito. Observa-se que a opção apontada como correta (“plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.”), apresenta o item incorreto por encontrar-se de acordo com a literalidade do art. 18, § 3º da Constituição Federal de 1988: “§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.”. Portanto, o recurso interposto deve ser improvido.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
ÁREA: GESTÃO PÚBLICA  
QUESTÃO RECLAMADA: 31**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
---------------------------	-------------------------	---------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Conforme item do edital intitulado “Gestão Pública e Governança Urbana: gestão e planejamento estratégico (colaboratividade; liderança e modelos), a questão 31 trata dos marcos de apoio do desenvolvimento da governança urbana apresentados no documento Nova Agenda Urbana (ONU – Habitat, 2019).

Ao se analisar as assertivas, observa-se que:

A assertiva (I) está **CORRETA**. A Nova Agenda Urbana (ONU – Habitat, 2019, p. 23) apresenta, dentre as abordagens de desenvolvimento urbano e territorial, o desenvolvimento da estrutura de governança urbana, estabelecendo marcos de apoio: “Promoveremos uma maior coordenação e cooperação entre os governos nacionais, subnacionais e locais, em particular por meio de mecanismos de consulta multinível e da definição clara das respectivas competências, ferramentas e recursos de cada nível de governo”.

86. Ancoraremos a implementação efetiva da Nova Agenda Urbana em políticas urbanas inclusivas, implementáveis e participativas, conforme o caso, para potencializar o desenvolvimento urbano e territorial sustentável como parte das estratégias e planos integrados de desenvolvimento, com o apoio, quando aplicável, de estruturas regulatórias e institucionais nacionais, subnacionais e locais, assegurando que estejam devidamente interligadas a mecanismos de financiamento transparentes e responsáveis.

87. Promoveremos uma maior coordenação e cooperação entre os governos nacionais, subnacionais e locais, em particular por meio de mecanismos de consulta multinível e da definição clara das respectivas competências, ferramentas e recursos de cada nível de governo.

88. Garantiremos a coerência entre objetivos e medidas de políticas setoriais, entre as quais, políticas de desenvolvimento rural, uso do solo, segurança alimentar e nutrição, gestão dos recursos naturais, prestação de serviços públicos, água e saneamento, saúde, meio ambiente, energia, habitação e mobilidade, em diferentes níveis e escalas da administração política, cruzando fronteiras administrativas e considerando as áreas funcionais apropriadas, a fim de reforçar abordagens integradas de urbanização e implementação de estratégias integradas de planejamento urbano e territorial que as incluam.

89. Adotaremos medidas para estabelecer arcabouços jurídicos e institucionais, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação, para fortalecer a capacidade dos governos de implementar as políticas nacionais urbanas de forma eficaz, quando pertinente, e habilitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a necessária descentralização fiscal, política e administrativa baseada no princípio da subsidiariedade.

Ative  
Acesse

Fonte: ONU-Habitat. Nova Agenda (2019, p. 23)

A assertiva (II) está **ERRADA**. Incentivar estruturas regulatórias adequadas e apoio aos governos locais no estabelecimento de parcerias com comunidades e sociedade civil, **exceto com o setor privado**, para desenvolver e gerir serviços básicos e infraestrutura, assegurando que o interesse público seja preservado e que objetivos, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas concisos estejam claramente definidos. O erro está ao se excluir a parceria com o setor privado. De acordo com a Nova Agenda Urbana (ONU – Habitat, 2019, p. 23), as parcerias incluem também o setor privado, conforme mostrado abaixo.

89. Adotaremos medidas para estabelecer arcabouços jurídicos e institucionais, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação, para fortalecer a capacidade dos governos de implementar as políticas nacionais urbanas de forma eficaz, quando pertinente, e habilitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a necessária descentralização fiscal, política e administrativa baseada no princípio da subsidiariedade.

90. Apoiaremos, em conformidade com as legislações nacionais, o fortalecimento da capacidade dos governos subnacionais e locais de implementar de forma eficaz uma governança local e metropolitana multinível, que ultrapasse limites administrativos e que se baseie nas funções de cada território, garantindo o envolvimento de governos subnacionais e locais na tomada de decisões e trabalhando para prover-lhes a autoridade e os recursos necessários para gerenciar desafios urbanos, metropolitanos e territoriais críticos. Promoveremos uma governança metropolitana inclusiva que contemple arcabouços jurídicos e mecanismos de financiamento confiáveis, incluindo a gestão sustentável de dívidas, quando pertinente. Adotaremos medidas para promover a participação plena e efetiva e a igualdade de direitos das mulheres em todos os campos e na liderança em todos os níveis de tomada de decisões, inclusive em governos locais.

91. Apoiaremos os governos locais para que determinem suas próprias estruturas administrativas e de gestão, em conformidade com as legislações e políticas nacionais, conforme o caso, com a finalidade de adaptação às necessidades locais. Incentivaremos estruturas regulatórias adequadas e apoio aos governos locais no estabelecimento de parcerias com comunidades, sociedade civil e o setor privado para desenvolver e gerir serviços básicos e infraestrutura, assegurando que o interesse público seja preservado e que objetivos, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas concisos estejam claramente definidos.

Fonte: ONU-Habitat. Nova Agenda (2019, p. 23)

A assertiva (III) está CORRETA. Adotaremos medidas para estabelecer arcabouços jurídicos e institucionais, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação, para fortalecer a capacidade dos governos de implementar as políticas nacionais urbanas de forma eficaz, quando pertinente, e habilitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a necessária descentralização fiscal política e administrativa baseada no princípio da subsidiariedade (ONU – Habitat, 2019, p. 23).

89. Adotaremos medidas para estabelecer arcabouços jurídicos e institucionais, com base nos princípios da igualdade e da não discriminação, para fortalecer a capacidade dos governos de implementar as políticas nacionais urbanas de forma eficaz, quando pertinente, e habilitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a necessária descentralização fiscal, política e administrativa baseada no princípio da subsidiariedade.

90. Apoiaremos, em conformidade com as legislações nacionais, o fortalecimento da capacidade dos governos subnacionais e locais de implementar de forma eficaz uma governança local e metropolitana multinível, que ultrapasse limites administrativos e que se baseie nas funções de cada território, garantindo o envolvimento de governos subnacionais e locais na tomada de decisões e trabalhando para prover-lhes a autoridade e os recursos necessários para gerenciar desafios urbanos, metropolitanos e territoriais críticos. Promoveremos uma governança metropolitana inclusiva que contemple arcabouços jurídicos e mecanismos de financiamento confiáveis, incluindo a gestão sustentável de dívidas, quando pertinente. Adotaremos medidas para promover a participação plena e efetiva e a igualdade de direitos das mulheres em todos os campos e na liderança em todos os níveis de tomada de decisões, inclusive em governos locais.

Fonte: ONU-Habitat. Nova Agenda (2019, p. 23)

A assertiva (IV) está CORRETA. Promoveremos abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, da conceitualização ao projeto, elaboração do orçamento, implementação, avaliação e revisão, com base em novas formas de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil, em particular por meio de plataformas e mecanismos amplos, bem estruturados e permanentes, e de cooperação e consulta abertas a todos, utilizando tecnologias da informação e comunicação e soluções de dados acessíveis (ONU – Habitat, 2019, p. 23).

91. Apoiaremos os governos locais para que determinem suas próprias estruturas administrativas e de gestão, em conformidade com as legislações e políticas nacionais, conforme o caso, com a finalidade de adaptação às necessidades locais. Incentivaremos estruturas regulatórias adequadas e apoio aos governos locais no estabelecimento de parcerias com comunidades, sociedade civil e o setor privado para desenvolver e gerir serviços básicos e infraestrutura, assegurando que o interesse público seja preservado e que objetivos, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas concisos estejam claramente definidos.

92. Promoveremos abordagens participativas e sensíveis à idade e ao gênero em todas as fases do processo de planejamento e de elaboração da política urbana e territorial, da conceitualização ao projeto, elaboração do orçamento, implementação, avaliação e revisão, com base em novas formas

23

de parceria direta entre todos os níveis de governo e a sociedade civil, em particular por meio de plataformas e mecanismos amplos, bem estruturados e permanentes, e de cooperação e consulta abertas a todos, utilizando tecnologias da informação e comunicação e soluções de dados acessíveis.

Fonte: ONU-Habitat. Nova Agenda (2019, p. 23)

A resposta correta da questão 31 é o item **(C) I, III e IV, apenas.**

Fonte: ONU – HABITAT. Nova Agenda Urbana. 2019. URL: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
ÁREA: GESTÃO PÚBLICA  
QUESTÃO RECLAMADA: 32**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO (___)	ANULADA (___)
---------------------------	-------------------------	---------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

Conforme o item do edital intitulado “Planejamento e Política Urbana: princípios, direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal/88; implementação de novos ideais de cidadania e participação social a partir da CF/88; protagonismo da ação governamental e da execução de políticas públicas”, o enunciado da questão 32 trata do capítulo II da Constituição Federal/88, o qual estabelece as diretrizes gerais da Política Urbana, executada pelo Poder Público municipal, especificamente em seus artigos 182 e 183 (Brasil, 1988).

Ao se analisar as assertivas, observa-se que:

A assertiva I - o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana está **CORRETA**, uma vez que o parágrafo 1º, art. 182 da Constituição Federal afirma que “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.

A assertiva II - o Plano Diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com **até 20 mil habitantes** está **ERRADA**, uma vez que o parágrafo 1º, art. 182 da Constituição Federal afirma que o Plano Diretor se torna obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

A assertiva III - aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, está **CORRETA**, conforme expresso no artigo 183 da Constituição Federal.

A seguir, é apresentado o trecho da Constituição Federal com destaque para os assuntos abordados nessa questão.

**CAPÍTULO II  
DA POLÍTICA URBANA**

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

A resposta correta da questão 32 é a alternativa **(D) I e III, apenas.**

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: GESTÃO PÚBLICA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 33**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>Conforme o item do edital intitulado “Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS”, a questão 33 trata das estratégias de desenho urbano. De acordo com o Manual de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável - DOTS Cidades (EMBARQ – Brasil, 2015), a abordagem para a aplicação da metodologia DOTS adota quatro diferentes escalas territoriais:</p> <p><b>Escala da cidade</b> Uma comunidade urbana sustentável vincula-se à infraestrutura e aos serviços existentes em uma cidade e tem uma relação intrínseca com sua mancha urbana. Nesta escala, as recomendações são centradas nos vínculos de complementariedade, físicos, políticos, econômicos, ambientais e sociais, entre a comunidade urbana e o restante da cidade. Nos casos de conurbação, a comunidade também se vincula à região ou área metropolitana.</p> <p><b>Escala interbairros</b> Toda comunidade urbana sustentável deve reconhecer sua correlação com outros bairros, especificamente entre seus centros de bairro. A formação de redes econômicas, sociais, ambientais e de mobilidade que conectam os bairros faz com que estes funcionem de forma complementar dentro de uma escala maior de atuação.</p> <p><b>Escala do bairro</b> Cada comunidade urbana sustentável funciona a partir de bairros DOTS, definidos por este manual como a área compreendida dentro de um raio de 500 metros ou de 675 metros de percurso na escala de pedestres e ciclistas, o que corresponde a 10 minutos de caminhada. Para definir o centro da área de intervenção deve-se considerar o centro do bairro ou uma estação do transporte coletivo.</p> <p><b>Escala da rua</b> A rua é o espaço onde convivem e se conectam os diferentes aspectos da vida cotidiana de uma comunidade urbana. Além de serem planejadas para configurar uma rede de mobilidade, todas as ruas devem alocar múltiplos usos e atividades, como: espaços de intercâmbio cultural, político, social, comercial e de recreação. A rua também é o primeiro ponto de acesso ao transporte coletivo e privado, e o principal meio de acesso à informação sobre a cidade.</p> <p>A referida questão solicita que o candidato analise as assertivas apresentadas, sobre as principais estratégias de desenho urbano DOTS que devem ser aplicadas para que uma comunidade urbana seja sustentável, assinalando “V”, se verdadeiras ou “F”, se falsas.</p> <p>Ao se analisar cada assertiva observa-se que:</p> <p>A primeira assertiva é <b>FALSA</b>. (I) Conectividade interna é uma das estratégias <b>na escala da Cidade</b>, a qual recomenda que seja calculado o grau de conectividade. Quando este índice atinge, no mínimo, pontuação no valor de 1,4 expressa a existência de conexões mais diretas para o acesso entre dois lugares. Embarq (2015, p. 43) apresenta a estratégia “Conectividade Interna” para a escala do <b>BAIRRO</b>, onde afirma que para assegurar um alto grau de conectividade de uma comunidade urbana, recomenda-se calcular o índice de conectividade, obtido pela divisão do número total de segmentos de via entre interseções pelo número total de interseções. Um alto grau de conectividade é assegurado quando esse índice atinge 1,4, no mínimo, pontuação que expressa a existência de conexões mais diretas para o acesso entre dois lugares, uma vez que há mais caminhos disponíveis a partir de cada interseção. A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.</p>		

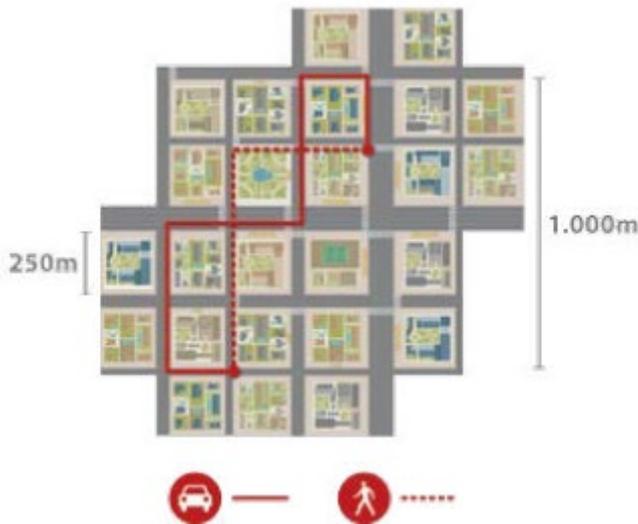


## ESTRATÉGIA PARA O BAIRRO CONECTIVIDADE INTERNA

Para que a mobilidade não motorizada seja atraente, é necessário assegurar que a comunidade tenha um traçado viário que favoreça as viagens a pé ou em bicicleta, tornando-as mais curtas. Para isso, recomenda-se que a comunidade urbana tenha uma alta conectividade e não possua ruas sem saída. Para que os deslocamentos de pedestres e ciclistas

sejam facilmente realizados (menos de 1.000 metros), sugere-se que nenhum dos lados das quadras da comunidade urbana tenha mais de 250 metros.

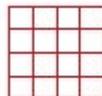
Para assegurar um alto grau de conectividade de uma comunidade urbana, recomenda-se calcular o índice de conectividade, obtido pela



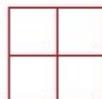
Vias para pedestres garantem a conectividade interna. São Paulo, SP.

divisão do número total de segmentos de via entre interseções pelo número total de interseções. Um alto grau de conectividade é assegurado quando esse índice atinge 1,4, no mínimo, pontuação que expressa a existência de conexões mais diretas para o acesso entre dois lugares, uma vez que há mais caminhos disponíveis a partir de cada interseção.

Exemplo de cálculo do índice de conectividade:



40 segmentos de via  
25 interseções  
Grau de conectividade = 1,6



12 segmentos de via  
9 interseções  
Grau de conectividade = 1,33



Fonte: Embarq – Brasil (2015, p. 42-43)

A segunda assertiva é VERDADEIRA. Embarq – Brasil (2015, p. 44) apresenta a Estratégia de Calçadas e Ciclovias para a que na escala da Rua. Para que a mobilidade não motorizada seja cômoda e eficiente como transporte cotidiano os **espaços devem ser projetados para o tráfego dedicado a pedestres e ciclistas**. Para garantir um fluxo ininterrupto de pedestres, as calçadas devem ser divididas em três zonas ou faixas distintas:

- a faixa livre, dedicada ao tráfego exclusivo de pedestres, deve ser desobstruída e isenta de interferências e obstáculos que reduzam sua largura e, assim, dificultem o fluxo de pessoas;
- a faixa de serviço, onde devem estar localizados o mobiliário urbano e a vegetação, e onde se instalam as infraestruturas subterrâneas e redes de serviços urbanos;
- a faixa de transição, junto às edificações, que marca o local entre o espaço construído privado e o espaço público sem

construções.

A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.



## ESTRATÉGIA PARA A RUA CALÇADAS E CICLOVIAS

Para que a mobilidade não motorizada seja cômoda e eficiente como transporte cotidiano os espaços devem ser projetados para o tráfego dedicado a pedestres e ciclistas. Para garantir um fluxo ininterrupto de pedestres, as calçadas devem se dividir em três zonas ou faixas distintas:

- a faixa livre, dedicada ao tráfego exclusivo de pedestres, deve ser desobstruída e isenta de interferências e obstáculos que reduzam sua largura e, assim, dificultem o fluxo de pessoas;
- a faixa de serviço, onde devem estar localizados o mobiliário urbano e a vegetação, e onde se instalam as infraestruturas subterrâneas e redes de serviços urbanos;



- a faixa de transição, junto às edificações, que marca o local entre o espaço construído privado e o espaço público sem construções.

A alocação de paraciclos em todos os equipamentos urbanos, unidades habitacionais, zonas de comércio e pontos de transporte coletivo é necessária para promover a geração de viagens por bicicleta e para evitar conflitos entre ciclistas e pedestres. Recomenda-se a implantação de ciclovias ou ciclofaixas no nível do leito viário ou em nível intermediário entre a via e a calçada.

Em vias arteriais, recomenda-se que as calçadas estejam claramente protegidas pela vegetação ou pelo mobiliário urbano e que sejam pavimentadas com materiais permeáveis. Em relação às ciclovias, que sejam segregadas do tráfego de veículos automotores.



Fonte: Embarq – Brasil (2015, p. 44)

A terceira assertiva é **FALSA**. Uma das estratégias de desenho urbano DOTS referente à mobilidade não motorizada (pedestres e ciclistas), na escala do **Bairro**, é assegurar uma rede de rotas cicloviárias que interligue os centros de bairro entre si, das origens aos destinos-chave para a comunidade. Em Embarq (2015, p. 40) temos que a estratégia de Redes para pedestres e ciclista faz parte da escala **INTERBAIROS** e não da escala do Bairro.

O benefício da infraestrutura para pedestres e ciclistas está na capacidade de construir uma rede para esses modais. As rotas devem se conectar a diferentes centros de interesse e de atração de fluxo de pedestres e ciclistas. Para tanto, é importante que a comunidade urbana conte com:

- uma rede de rotas cicloviárias que interligue os centros de bairro entre si, das origens aos destinos-chave para a comunidade;
- caminhos para pedestres no acesso às moradias onde não se possam construir vias para garantir a privacidade das residências, espaços reduzidos entre edifícios, topografia acidentada ou zonas com baixo fluxo veicular.

A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.



O benefício da infraestrutura para pedestres e ciclistas está na capacidade de construir uma rede para esses modais. As rotas devem se conectar a diferentes centros de interesse e de atração de fluxo de pedestres e ciclistas. Para tanto, é importante que a comunidade urbana conte com:

- uma rede de rotas cicloviárias que interligue os centros de bairro entre si, das origens aos destinos-chave para a comunidade;
- caminhos para pedestres no acesso às moradias onde não se possam construir vias para garantir a privacidade das residências, espaços reduzidos entre

Fonte: Embarq – Brasil (2015, p. 40)

A quarta assertiva é **FALSA**. A otimização dos percursos diários é uma das estratégias na **escala do Bairro**. Para isso, é necessário assegurar que exista ao menos um emprego formal por moradia construída dentro de uma distância de sete quilômetros, a partir de qualquer ponto da comunidade urbana. De acordo com Embarq (2015, p. 50) recomenda como uma das estratégias da **escala CIDADE** que para reduzir as distâncias percorridas diariamente entre moradias e locais de trabalho (equipamentos, comércios, serviços, indústrias), é necessário assegurar que exista ao menos um emprego formal por moradia construída dentro de uma distância de sete quilômetros, a partir de qualquer ponto da comunidade urbana. Isso é possível estabelecendo a comunidade urbana perto dos centros de empregos e fomentando atividades produtivas no seu interior.

A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.



Para reduzir as distâncias percorridas diariamente entre moradias e locais de trabalho (equipamentos, comércios, serviços, indústrias), é necessário assegurar que exista ao menos um emprego formal por moradia construída

dentro de uma distância de sete quilômetros, a partir de qualquer ponto da comunidade urbana. Isso é possível estabelecendo a comunidade urbana perto dos centros de empregos e fomentando atividades produtivas no seu interior.

Fonte: Embarq – Brasil (2015, p. 40)

A resposta correta da questão 33 é a alternativa **(A) F, V, F, F**.

Fonte: **EMBARQ - Brasil**. Manual de desenvolvimento urbano orientado ao transporte sustentável DOTS cidades. **Brasil: Embarq. 2015. URL: [https://issuu.com/planodemobilidadeurbanadorecife/docs/dots\\_ago2015\\_transporte\\_sustent\\_ve](https://issuu.com/planodemobilidadeurbanadorecife/docs/dots_ago2015_transporte_sustent_ve)**

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO  
ÁREA: GESTÃO PÚBLICA  
QUESTÃO RECLAMADA: 34**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>De acordo com o item do edital intitulado “Planejamento estratégico para a cidade de Fortaleza/CE (diretrizes e bases sobre o Plano Fortaleza 2040)”, a questão 34 trata sobre o Plano Fortaleza 2040. Apresenta as diretrizes gerais de alguns dos 33 planos que compõem o Plano Fortaleza 2040 e solicita que o candidato marque a opção que apresenta a correlação correta entre os agrupamentos do Quadro apresentado.</p> <p>O conteúdo do quadro apresentado trata, especificamente, do Eixo “Vida Comunitária, Acolhimento e Bem estar”. Esse eixo estratégico se desdobra em dois objetivos estratégicos: Comunidade Saudável (saúde, esporte, lazer, educação alimentar) e Comunidade Acolhedora, Inclusiva com Valorização e Respeito à Diversidade. Os objetivos estratégicos deste eixo se operacionalizam por meio da implementação integrada e complementar dos seguintes planos de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Plano de Saúde;</li><li>• Plano de Assistência Social;</li><li>• Plano de Esporte e Lazer;</li><li>• Plano da Criança e do Adolescente;</li><li>• Plano da Juventude;</li><li>• Plano dos Direitos da Pessoa Idosa;</li><li>• Plano da Pessoa Com Deficiência;</li><li>• Plano da Mulher;</li><li>• Plano dos Direitos LGBT.</li></ul> <p>Ao se analisar as assertivas, observa-se que:</p> <p>A assertiva “1 - Garantir o cuidado integral às pessoas nas várias fases do ciclo de vida, considerando as questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosas e em situação de vulnerabilidade social” corresponde a uma das diretrizes gerais do PLANO DE SAÚDE (item V). Em Fortaleza (2019, p. 31) é apresentado o Plano de Saúde tendo com uma de suas diretrizes gerais: “Garantir o cuidado integral às pessoas nas várias fases do ciclo de vida, considerando as questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosas e em situação de vulnerabilidade social”. Nesse caso, a correlação correta para essa assertiva é o item V, ou seja, <b>1 – V</b>”</p> <p>A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.</p>		

- Reduzir o Coeficiente de Incidência da Tuberculose para menos de 10 casos por 100 mil hab. e o número de óbitos em 90%;
  - Garantir saneamento básico e água potável de fluxo contínuo para 100% da população; e
  - Garantir atendimento em saúde de acesso universal, integral, equânime e com qualidade, numa rede de atenção à saúde suficiente nos diferentes níveis de complexidade.
- DIRETRIZES GERAIS**
- Garantir, ampliar e qualificar a oferta e o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na justiça social, humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde;
  - Garantir o cuidado integral às pessoas nas várias fases do ciclo de vida, considerando as questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial, religiosas e em situação de vulnerabilidade social;
  - Garantir o atendimento às urgências, com expansão e adequação de unidades de pronto atendimento (Upa), de serviços de atendimento móvel de urgência (Samu), de hospitais e
- Fortalecer a vinculação do processo de ensino-aprendizagem acadêmica aos diversos níveis do sistema único de saúde;
  - Profissionalizar a gestão pública, rompendo com o espontaneísmo, o compadrio, a ineficiência e o desperdício;
  - Atualizar o código sanitário municipal, que ordene a prestação de serviços que afetem direta ou indiretamente a saúde da população, protegendo-a de riscos potenciais biológicos e não biológicos, ambientais e do trabalho, prevendo inclusive respostas imediatas diante de desastres naturais e emergência em saúde pública; e
  - Integrar e articular as redes públicas de educação e de saúde:
  - Promover práticas corporais e atividade física nas escolas;
  - Promover a alimentação saudável e adequada;
  - Desenvolver ações focadas na prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;
  - Promover ações de cultura da paz e de prevenção das violências; e
  - Promover ações de educação em saúde nas escolas.
  - Promover a articulação das políticas públicas

Fonte: Fortaleza (2019, p. 31)

A assertiva “2 - Promoção e viabilização da participação qualificada da sociedade civil, garantindo as formas legítimas e legais de organização social” corresponde a uma das diretrizes gerais do Plano da ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fortaleza, 2019, p.78).

A ilustração abaixo mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.

#### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Possibilitar que as comunidades se sintam valorizadas e estejam integradas à sociabilidade urbana; e
- Política Municipal de Assistência Social compreendida como um direito pela população.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir a efetivação da Política Municipal de Assistência Social, conforme preconizado pelo Suas;
- Planejar, monitorar e avaliar os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social com a participação da sociedade civil;
- Fomentar a participação da sociedade no planejamento e execução da política de assistência social;
- Tornar de conhecimento público a Política Municipal de Assistência Social;
- Articular as políticas intersetoriais na perspectiva do acesso aos direitos socioassistenciais;
- Contribuir para a redução da vulnerabilidade e dos riscos sociais;
- Garantir e ampliar a proteção e a promoção dos direitos socioassistenciais ao público-alvo da política de assistência social;

Fonte: Fortaleza (2019, p. 78)

- e avaliação) de 100% dos indicadores e ferramentas utilizados para mensurar o grau de efetividade, eficácia e eficiência da Política Municipal de Assistência Social (PMAS) realizados de quatro em quatro anos;
- Atendimento aos usuários da Política de Assistência em 100% das ações de prevenção, proteção e promoção para a população que dela necessita, cumprindo o que preconiza a Loas;
- Maior informação e conhecimento dos direitos sociais e das formas de acesso aos serviços pela população, por meio da divulgação de 100% dos programas, projetos, serviços e benefícios pela mídia; e
- Publicização de 100% dos resultados alcançados pela Política Municipal de Assistência Social.

#### DIRETRIZES GERAIS

- Promoção e viabilização da participação qualificada da sociedade civil, garantindo as formas legítimas e legais de organização social; e
- Garantia da assistência e da proteção às famílias, grupos e indivíduos com condições de risco e/ou vulnerabilidade social.

#### DIRETRIZES PARA APERFEIÇOAMENTO LEGAL

Nesse caso, a correlação correta para essa assertiva é o item III, ou seja, “2 – III”.

A assertiva “3 - Qualificar e capacitar a juventude para sua inserção no mercado de trabalho” corresponde a uma das diretrizes gerais do PLANO DA JUVENTUDE (Fortaleza, 2019, p.173).

A ilustração a seguir mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.



## VISÃO DE FUTURO

Uma juventude com qualidade de vida, com acesso irrestrito à educação, saúde, esporte, lazer, inclusão efetiva no mercado de trabalho e protagonista de uma sociedade melhor.

- Promover uma educação de qualidade, formação e qualificação do jovem levando em consideração suas especificidades e necessidades, numa perspectiva crítica e participativa;
- Diminuir a violência e a criminalidade juvenil;
- Diminuir a vitimização da violência contra os jovens; e
- Promover a inserção da família no desenvolvimento sociocultural dos jovens.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer aos jovens;
- Promover a qualificação dos jovens para o mercado de trabalho e para a geração de renda;
- Fortalecer o protagonismo e o empoderamento da juventude;
- Elevar o nível de escolaridade dos jovens e ampliar o acesso às instituições de ensino superior;
- Reduzir a evasão escolar;
- Promover e incentivar o desenvolvimento, a disseminação e a utilização de novas tecnologias entre os jovens;
- Incentivar a produção cultural e ampliar o acesso aos bens culturais;
- Ampliar os meios de formação de opinião e personalidade dos jovens; e
- Diminuir a rivalidade entre jovens em bairros vizinhos.

### METAS E RESULTADOS ESPERADOS

- Redução do quantitativo de jovens vulneráveis que não trabalham e nem estudam em Fortaleza de 11,48 em 2010 para 2,49 em 2040;
- Redução do índice de homicídios entre jovens em Fortaleza de 176,6 em 2013 para 31,6 em cada grupo de cem mil jovens em 2040;
- Diminuição do abandono escolar; e
- Redução do impacto das drogas sobre os jovens.

### DIRETRIZES GERAIS

- Reconhecer as demandas específicas dos jovens de Fortaleza, levando em consideração as suas diversidades na extensa faixa etária que compõe a condição juvenil (de 15 aos 29 anos de idade);
- Qualificar e capacitar a juventude para sua inserção no mercado de trabalho;

Fonte: Fortaleza (2019, p. 78)

Nesse caso, a correlação correta para essa assertiva é o item I, ou seja, “3 – I”.

A assertiva “4 - Desenvolver políticas de segurança que combatam e denunciem o extermínio de jovens, especialmente, os pobres e negros” corresponde a uma das diretrizes gerais do PLANO DA JUVENTUDE (Fortaleza, 2019, p. 174).

A ilustração a seguir mostra o trecho do documento com destaque para o conteúdo dessa assertiva.

- Incentivar investimentos públicos e privados para a construção e manutenção de equipamentos para a Juventude;
- Incentivar, sensibilizar, mobilizar e garantir a participação efetiva dos jovens nos conselhos locais, Regionais e municipais;
- Desenvolver políticas de segurança que combatam e denunciem o extermínio de jovens, especialmente, os pobres e negros;
- Incentivar a participação política dos jovens nas mais diversas instâncias da sociedade fortalezense; e
- Garantir a participação dos jovens na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas da juventude.
- Ampliação e fortalecimento dos núcleos de práticas restaurativas, tendo como referência os núcleos de mediação escolar da Sesec, SME, criando 1 (um) núcleo por equipamento público (escolas estaduais, Cucas etc);
- Realização de concurso público para incrementar a composição das equipes que atuam no desenvolvimento da política socioeducativa municipal e estimular que o mesmo ocorra no âmbito estadual; e
- Instituição de Conselhos de Gestão (sociedade civil e governo) das Praças da Juventude, considerando as demandas e a identidade da comunidade.

### LINHAS DE AÇÃO

Fonte: Fortaleza (2019, p. 174)

Nesse caso, a correlação correta para essa assertiva é o item I, ou seja, “4 – I”.

Então, a alternativa correta da questão 34 é a “(B) 1 – V, 2 – III, 3 – I, 4 – I”.

Fonte:

FORTALEZA. Prefeitura Municipal Plano **Fortaleza 2040**: vida comunitária, acolhimento e bem-estar / Prefeitura Municipal de Fortaleza. – 2a. ed. - Fortaleza: Iplanfor, 2019. Url:

<https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=bed4001b-d778-44a7-8e4b-70f77c93e534>

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: GESTÃO PÚBLICA**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 35**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>De acordo com o item do edital intitulado “Políticas públicas e modelos inovadores de formulação de políticas públicas (integração de políticas públicas; interdisciplinaridade; inovação)”, a questão 35 apresenta em seu enunciado uma contextualização sobre <i>Design Thinking</i>, baseado em Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019, p. 37).</p> <p style="text-align: center;">As rápidas mudanças em curso no mundo contemporâneo e o reconhecimento das limitações do modelo dominante de desenvolvimento de políticas públicas (<i>policymaking</i>) apontam para a necessidade de dialogar com as possibilidades que se abrem para a administração pública, a partir da incorporação dos princípios do <i>design thinking</i> e suas contribuições tanto para a melhor compreensão de problemas públicos, quanto para a construção de soluções governamentais mais efetivas.</p> <p>Solicita que o candidato analise as assertivas e marque a alternativa que descreve corretamente as características do <i>Design Thinking</i>.</p> <p>Ao se analisar as assertivas, observa-se que:</p> <p>A assertiva “I - Busca o entendimento e recorte do problema levando em conta sua complexidade, relação sistêmica e interdependência. O cidadão é visto como fonte de <i>insights</i> e potencial para construção coletiva de soluções” está CORRETA. Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019, p. 44) apresenta um quadro comparativo (ver ilustração anexa) das abordagens tradicional e <i>Design Thinking</i>. Essa característica corresponde ao componente de análise da VISÃO DO PROBLEMA.</p> <p>A assertiva “II – Possui modelo mental prescritivo (uso de documentos de políticas que descrevem ou prescrevem um curso predefinido de ação) e foco no planejar” está ERRADA, pois trata-se de uma das características da ABORDAGEM TRADICIONAL de elaboração e implementação de políticas públicas (ver ilustração anexa).</p> <p>A assertiva “III - O processo de desenvolvimento da política pública funciona simultaneamente em várias direções e é transversal no sistema organizacional. Busca integrar diferentes esforços de formulação por meio de métodos participativos” está CORRETA. Vale a pena ressaltar que os termos dessa assertiva não especifica “métodos participativos” como característica única e exclusiva.</p> <p>A assertiva “IV - Os resultados são previsíveis e resultam de um processo cuidadoso de execução” está ERRADA, uma vez que essa característica diz respeito a ABORDAGEM TRADICIONAL de elaboração e implementação de políticas públicas.</p> <p>A resposta correta para a questão 35 é a alternativa “<b>A) Estão corretas as assertivas I e III</b>”. Essa alternativa é a única que se enquadra <b>exclusivamente</b> com as características corretas do <i>Design Thinking</i>.</p> <p>Fonte: CAVALCANTE, P., MENDONÇA, L., BRANDALISE, I. Políticas públicas e <i>design thinking</i>: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: CAVALCANTE, P. at al (orgs), <b>Inovação e políticas públicas</b>: superando o mito da ideia. Brasília: ENAP, Ipea, 2019.</p>		

**Abordagens de *polymaking***

Componentes de análise	Tradicional	<i>Design thinking</i>
Visão do problema	Isolado e linear, tendendo à simplificação. O cidadão é visto, predominantemente, como causa do problema e um demandante à espera de sua solução.	Entendimento e recorte do problema levando em conta sua complexidade, relação sistêmica e interdependência. O cidadão é visto como fonte de <i>insights</i> e potencial para construção coletiva de soluções.
Geração de conhecimento	O passado é um bom preditor do futuro; os dados quantitativos são claros e suficientes para tomada de decisão. O ser humano é conhecido como predominantemente movido por necessidades racionais e econômicas ( <i>homo economicus</i> ).	Há muitas incertezas e novas possibilidades; por isso, o futuro não pode ser visto como mera projeção do passado. Os dados quantitativos são importantes e devem ser somados à experiência das pessoas, que são referência para o entendimento dos problemas e a identificação de oportunidades de geração de valor. O ser humano é visto como um ser movido por diversas necessidades, as quais motivam a tomada de decisões (econômicas, afetivas, sociais etc.).
Processo de desenvolvimento da política pública	Unidirecional, de cima para baixo ( <i>top-down</i> ), linear e com rotações de <i>feedback</i> . <i>Polymaking</i> fragmentado e dividido por etapas.	Funciona simultaneamente em várias direções e é transversal no sistema organizacional. Busca integrar diferentes esforços de formulação por meio de métodos participativos e colaborativos.
Modelo mental	Prescritivo: uso de documentos de políticas que descrevem ou prescrevem um curso predefinido de ação. Foco no planejar.	Exploratório: uso de ferramentas de inovação que estimulam a descoberta, o pensamento criativo, a colaboração e o aprendizado. Foco no fazer.
Riscos	Incertezas e riscos são camuflados. Erros são vistos com algo a evitar-se.	Incertezas e riscos são reconhecidos, enfrentados e minimizados com testes de baixo custo e cedo no processo. Erros e falhas são acolhidos como parte de um aprendizado iterativo e de geração de melhorias.
Soluções	Busca-se solução única que já existe e deverá ser descoberta. Visão de maximização.	Buscam-se várias soluções, com foco na ampliação de possibilidades. Visão de criação.
Resultados	Resultados são previsíveis e resultam de processo cuidadoso de execução.	Resultados não são previsíveis e são fruto de processos de tentativa, erro e aprendizado.

Fonte: Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019, p. 44)

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

**ÁREA: AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**

**QUESTÃO RECLAMADA: 36**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p>A questão e seu gabarito estão CORRETOS, tendo em vista a normatização internacional para a prática de Auditoria Interna, do Instituto Internacional de Auditores Internos, que cita em sua norma de n.º 1220.A1:</p> <p>Os auditores internos devem exercer o zelo profissional devido levando em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A extensão do trabalho necessária para alcançar os objetivos do trabalho da auditoria.</li><li>• A complexidade relativa, a materialidade ou a significância dos assuntos aos quais os procedimentos de avaliação (assurance) são aplicados.</li><li>• A adequação e a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.</li><li>• A probabilidade de erros significativos, fraudes ou não conformidades.</li><li>• O custo da avaliação (assurance) em relação aos potenciais benefícios.</li></ul> <p>A alternativa A está incorreta, pois não é levado em consideração (neste caso) o formato da auditoria.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**

**ÁREA: AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**

**QUESTÃO RECLAMADA: 37**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		

**A questão e seu gabarito estão CORRETOS.**

De acordo com o COSO-ERM, a gestão de riscos corporativos é: o processo que permeia toda a organização, colocado em prática pela alta administração da entidade, pelos gestores e demais colaboradores, aplicado no estabelecimento da estratégia e projetado para identificar possíveis eventos que possam afetar a instituição e para gerenciar riscos de modo a mantê-los dentro do seu apetite de risco, com vistas a fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade (COSO, 2004, tradução livre).

A alternativa A está incorreta, pois as ações nela citadas não fazem parte da política de gestão de riscos do COSO, principalmente a comunicação, que dependendo da situação deve ser a mais discreta possível, para que evite-se disseminação de informações falsas.

A alternativa B está incorreta, pois a integralização da matriz de riscos é realizada na fase de planejamentos de auditorias, e não na gestão de riscos corporativos.

A alternativa D está incorreta, pois mais uma vez cita a matriz de riscos, desta vez focada nas operações. Fase de processos de auditorias e não de gestão de riscos corporativos.

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 38**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p><b>A questão e seu gabarito estão CORRETOS.</b></p> <p>A segunda alternativa é FALSA, pois os papéis de trabalho de PLANEJAMENTO fazem parte do início do processo de auditoria. Não seria possível auditar sem planejar. As demais estão corretas.</p> <p>Fonte: Manual de Auditoria Governamental. Pag. 98 e 99. Editora Atlas: São Paulo, 2003.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 39**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p><b>A questão e seu gabarito estão CORRETOS.</b></p> <p>A letra B está incorreta, pois a informação relevante é aquela que dá suporte às conclusões e recomendações da auditoria interna;</p> <p>A letra C está incorreta, pois o intuito destas ações é verificar uma realidade e, não modificá-la.</p> <p>A letra D está incorreta, pois os testes substantivos visam a obtenção de evidência relacionada aos sistemas de informação e não sistemas financeiros.</p> <p>Fonte: CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. Editora Atlas: São Paulo, 2009. Pag. 170.</p>		

**AUDITOR DE CONTROLE INTERNO**  
**ÁREA: AUDITORIA GOVERNAMENTAL DE PROCESSOS COM FOCO EM RISCOS**  
**QUESTÃO RECLAMADA: 40**

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( __ )	ANULADA ( __ )
<b>PARECER DA BANCA ELABORADORA</b>		
<p><b>A questão e seu gabarito estão CORRETOS.</b></p> <p>A letra A está incorreta, pois: efeito é a consequência da diferença constatada pela auditoria entre condição e critério.</p> <p>A letra B está incorreta, pois: causa é a razão da diferença entre a condição e o critério. A causa serve de base para as propostas de deliberações.</p> <p>A letra D está incorreta, pois: achado é o resultado da comparação entre a situação encontrada e o critério de auditoria</p> <p><b>Sendo assim, o item correto é o C.</b></p> <p><a href="https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf_p.99">https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf_p.99</a>.</p>		